

# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDAS OFERECIDAS

### À MEDIDA PROVISÓRIA

**Nº 2.163-41**

Emenda nº 1 à Medida Provisória nº 2.163-41, de 19 de Novembro de 1954, que altera o Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Congresso Nacional em 1953, e publicado no Diário Oficial de 20 de Novembro de 1954.

Emenda nº 2 à Medida Provisória nº 2.163-41, de 19 de Novembro de 1954, que altera o Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Congresso Nacional em 1953, e publicado no Diário Oficial de 20 de Novembro de 1954.

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS MP 1710-9

000001

Data: 28/04/99

Proposição: MP 1710-9/99

Autor: Deputado Wanderley Martins

Nº Prontuário: 328

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Dê-se ao inciso II do § 1º do art. 79, acrescido pelo art. 1º da MP, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

"Art. 79. ....

§ 1º .....

I - .....

II - o prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de dois anos, com possibilidade de prorrogação por igual período."

## JUSTIFICATIVA

O dispositivo que ora pretendemos modificar estabelece os prazos mínimo e máximo para a vigência do compromisso em função da complexidade das obrigações. A redação original fixa como prazo máximo para a vigência do compromisso três anos. O prazo de três anos se nos parece por demais elástico, principalmente considerando que o mesmo dispositivo possibilita a prorrogação por igual período.

Ademais, o termo de compromisso tem por objetivo maior permitir as pessoas físicas e jurídicas que, enquadradas na lei por atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, promovam os necessários reparos. Isso implica em dizer que quanto mais dilatado for o prazo, mais tempo levar-se-á para as correções das agressões ao meio ambiente. Vinte e quatro meses, passível de prorrogação para mais vinte e quatro é, certamente, prazo suficiente, ainda que considerando que as obrigações assumidas envolvam certo grau de complexidade.

Assinatura:

1710\_1.sam

Carica de Comissão  
1710-9/99 328

LEGISLAÇÃO FEDERAL  
Subs. Coord. Legisl. do C. N.  
MP 2163-39 2002  
Fls. 03

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1710-9

000002

Data: 28/04/99

Proposição: MP 1710-9/99

Autor: Deputado Wanderley Martins

Nº Prontuário: 328

1

☐

Supressiva

2

☐

Substitutiva

3

☒

Modificativa

4

☐

Aditiva

5

☐Substitutiva  
Global

Página: 1/1

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Dê-se ao inciso V do § 1º do art. 79, acrescido pelo art. 1º da MP, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

"Art. 79. ....

§ 1º .....

I - .....

V - o valor da multa de que trata o inciso anterior deve ser proporcional à conduta e dano lesivo ao meio ambiente e, tanto quanto possível, considerar o valor do investimento previsto;"

## JUSTIFICATIVA

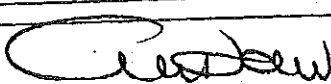
O referido inciso determina que o valor da multa a ser aplicada à pessoa física ou jurídica compromissada e que venha a não-cumprir as obrigações pactuadas, não poderá ser superior ao valor do investimento previsto. É nosso entendimento que a redação labora em equivoco, isto é, vai no sentido contrário ao espírito da Lei, uma vez que o valor da multa não deve estar condicionado ao investimento previsto para o termo de compromisso, mas deve ter em boa conta a conduta e o dano causado ao meio ambiente e, secundariamente, refletir - tanto quanto possível - o valor do investimento previsto no termo de compromisso.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MP 1710-9/99

Fls. 04

Assinatura:  
1710\_2.sam

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1710-9

000003

Data: 28/04/99

Proposição: MP 1710-9/99

Autor: Deputado Wanderley Martins

Nº Prontuário: 328

1

☐

Supressiva

2

☐

Substitutiva

3

☒

Modificativa

4

☒

Aditiva

5

☐Substitutiva  
Global

Página: 1/1

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se ao art. 1º da MP a seguinte redação:

"Art. 1º .....

"Art. 79. ....

Art. 80. Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal."

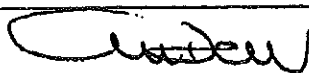
## JUSTIFICATIVA

A medida provisória, é nosso entendimento, parte de uma proposta equivocada, isso porque, ao propor o acréscimo à Lei, desconsidera a redação originalmente dada ao art. 79, que dispunha, *verbis*:

"Art. 79. Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal."

Por que é equivocada? - Como a Lei nº 9.605/98 é uma lei específica, se a redação dada ao art. 79, original, for suprimida, significa que as lacunas que porventura não estejam amparadas por esta lei, poderão ser procuradas em qualquer legislação, inclusive - *mas não necessariamente* - no Código Penal e no Código de Processo Penal. Ora, se o grande mérito da Lei nº 9.605, de 1998, foi tipificar como crime ambiental condutas anteriormente tidas como administrativas, passando a punir os responsáveis - em conformidade com a gravidade - com penas privativas de liberdade, é com a devida *vênia*, um erro desconsiderar e retirar a redação anteriormente parte da lei ora alterada pela medida provisória.

Entendemos que seria mais judicioso se a redação anterior fosse reincerida como art.80 e acrescida pela redação objeto da medida provisória, renumerando-se os demais artigos.

Assinatura:  
1710.sam

Serviço de Expediente

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MP-2163-39 12001

Fls. 05

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1710-9

000004

data 28/04/99	prop. Medida Provisória nº 1.710-9/99
autor DEPUTADO SILAS BRASILEIRO	nº do prontuário
1. Supressiva    2. substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa    4. aditiva    5. Substitutivo global	
página 1/1	Artigo 1º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o art. 1º da Medida Provisória 1.710-9/99 para dar nova redação ao inciso II do art. 79<sup>A</sup>, inserido pela MPV na Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998

II - O prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de cinco anos, com possibilidade de prorrogação por igual período.

## Justificativa

A presente emenda visa restabelecer o texto da Medida Provisória original.

Para atender os objetivos buscados pelo próprio artigo 79-A, qual seja permitir que as pessoas mencionadas no *caput* possam promover as necessárias correções de suas atividades e atender as exigências impostas pelas autoridades ambientais, é preciso dar-lhes prazos compatíveis e diferenciados para que as empresas, já em produção antes da promulgação da lei, possam Ter tempo hábil para se adaptarem às suas exigências.

Portanto, nada mais justo, dada a complexidade da adaptação em algumas empresas, que não se limitará, por exemplo, a filtros em chaminés, a lagoas de decantação e à vedação do chorume produzido por rejeito.

Podem-se fazer necessárias várias modificações e quase ao longo de toda a cadeia de produção; e, neste caso, é preciso conceder-lhes tempo tecnicamente razoável para promover as alterações exigidas que se destinam à preservação do meio ambiente, que é o fim último buscado pela MP.

Demais disso, os critérios na concessão dos prazos deverão ser rigorosamente técnicos. Portanto, em nada prejudica a fixação do limite de

05 anos, como fixado na MP 1.710-3/98, para que os órgãos ambientais possam legitimamente atender aos casos que demandarem maior prazo.

PARLAMENTAR

Brasília, 28 de abril de 1.999

SENADO FEDERAL

Deputado Silas Brasileiro

Deputado Silas Brasileiro

# APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1710-9

000005

data 28/04/99	proposição Medida Provisória nº 1.710-9 /99
autor DEPUTADO SILAS BRASILEIRO	nº do prontuário
1. Supressiva    2. substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa    4. aditiva    5. Substitutivo global	
página 1/1	Artigo 1º    Parágrafo    Inciso    alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o art. 1º da Medida Provisória 1.710-9/99 para dar nova redação ao § 4º do art. 79-A, inserido pela MPV na Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998

"Art.79-A

.....

" § 4º. - A celebração do termo de compromisso de que trata este artigo não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento, relativas a atividades que não tenham sido objeto do termo de compromisso, conforme inciso III do § 1º. "

### Justificativa

O § 4º do Art.79-A, inserido pela MP 1.710-2/98, nos termos em que está proposto, mostra-se incoerente com a finalidade do termo de compromisso expresso no § 1º do mesmo artigo.

Se o termo de compromisso se destina, exclusivamente, a possibilitar àquele que utiliza recursos naturais a promover as necessárias correções de suas atividades, visando unicamente ao atendimento das exigências impostas pelos órgãos ambientais, não se mostra absolutamente razoável que se possa cobrar as multas que sejam decorrentes do não atendimento dessas mesmas exigências.

Assim, faz-se necessário corrigir tal situação, por ser de inteira justiça e para permitir somente a cobrança de multas anteriores ~~relativas a atividades~~ que não foram objeto do termo de compromisso.

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL

Ass. 1.000 1.000 do C. N.

Brasília 28 de abril de 1.999

SENADO FEDERAL

Deputado Silas Brasileiro

Comissão Mista

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.073-37, ADOTADA EM 17 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 18 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - RECOOP, AUTORIZA A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado CORNÉLIO RIBEIRO.....	006.
Deputado MARCIO REINALDO MOREIRA....	007.

SACH  
EMENDAS CONVALIDADAS: 006  
EMENDA ADICIONADA: 002  
TOTAL DE EMENDAS: 007

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 2073-37

000006

data	proposição
23/05/2001	Medida Provisória nº 2.073-37, de 17 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado CORNÉLIO RIBEIRO	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 79	Parágrafo 4º	Inciso	alínea
--------	-----------	--------------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo 4º do "art.79" da Medida Provisória em epígrafe.

Art.79 - .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º A celebração do termo de compromisso de que trata este artigo, extingue a punibilidade prevista nesta lei, mas não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma distorção na proposta da Medida Provisória, e ao mesmo tempo em que fala que a assinatura do termo de compromisso implica na suspensão das sanções administrativas, a medida não trata da punibilidade.

A fim de que seja dispensado um tratamento idêntico estamos propondo a extinção da punibilidade para quem assinar o termo de compromisso.

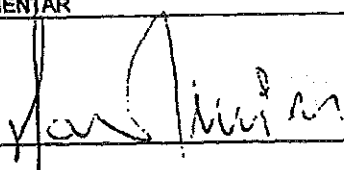
O advento do termo de compromisso tem como objetivo maior, corrigir eventuais problemas ambientais.

Para se estimular uma maior adesão do termo de compromisso é necessária a adoção da emenda proposta, já que o objetivo maior da proposição deve ser a preservação ambiental.

Deputado CORNÉLIO RIBEIRO

PARLAMENTAR

Brasília/ DF, 23 de maio de 2001





MPV 2073-37

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000007

Data	Proposição MP. 2073-37, de de maio de 2001
------	---

Autor MARCIO REINALDO MOREIRA	Nº Prontuário 247
----------------------------------	----------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página 1 de 1	Artigo	Parágrafos 4º	Inciso	Alínea
------------------	--------	------------------	--------	--------

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

O § 4º do art. 1º, que inclui o Art.79-A na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º.....

Art.79-A.....

.....  
.....

§ 4º A celebração do termo de compromisso de que trata este artigo extingue a punibilidade prevista nesta Lei, mas não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento.

## J U S T I F I C A T I V A

Ao se estimular o termo de compromisso e suspender as sanções administrativas, não tem sentido outra punição, ressalvadas as multas aplicadas antes da protocolização do requerimento, já que o objetivo é adequar as construções à Legislação Ambiental para evitar uma maior degradação.

## ASSINATURA

Brasília-DF., de de 2001.	
---------------------------	--